



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	40
PROC.	599/2019
C.M.	COO

OFÍCIO/SJC Nº 0184/2019

Em 25 de junho de 2019

Ao
Excelentíssimo Senhor
TENENTE SANTANA
Vereador e Presidente da Câmara Municipal
Rua São Bento, 887 – Centro
14801-300 - ARARAQUARA/SP

Senhor Presidente:

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Araraquara, encaminhamos a Vossa Excelência, a fim de ser apreciado pelo Poder Legislativo, Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 005/2019, que institui o Programa Habitacional Organização de Construção da Autogestão (OCA) integrado ao Programa de Moradia Econômica e dá outras providências.

O presente Substitutivo introduz alterações pontuais à propositura original, de forma a adequá-la à melhor técnica de redação legislativa, bem como realiza as seguintes alterações de ordem substancial:

- i) Foram retiradas da propositura as previsões de sorteios para os empreendimentos, uma vez que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano disporá de ordem de classificação socioeconômica dos beneficiários – em já existindo tal ordem de classificação, perde o sentido a realização de sorteios, eis que tal classificação já determina, ou escalona, aqueles que estão em maior situação de vulnerabilidade;
- ii) Foi corrigida a sistematização da isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), eis que o projeto original tratava deste tema sob 3 (três) distintas perspectivas, o que poderia ocasionar aplicações errôneas da norma – impactando, por consequência, na regularidade do andamento dos trabalhos do Programa estabelecido por esta lei;

16148 25/06/2019 08:51:10 PROTOCOLO-CÂMARA MUNICIPAL ARARAQUARA



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	95
PROC.	179/2019
C.M.	

- iii) No que tange à determinação da classificação socioeconômica, foi inserida a obrigatoriedade de que a “existência de pessoa com doença grave no núcleo familiar” seja comprovada mediante atestado médico, bem como foi inserida obrigatoriedade de que a “moradia atual em condições de risco ambiental, físico ou geotécnico” seja comprovada mediante atestado expedido pela Defesa Civil;
- iv) Em atendimento ao disposto no inciso VII do artigo 180 da Constituição do Estado de São Paulo, procedeu-se à alteração do modo de funcionamento do Programa: ao invés de se transferir a propriedade do imóvel ao final do prazo de até 10 (dez) anos, estabeleceu-se que, transcorrido o prazo da concessão provisória do direito real de uso, os beneficiários farão jus à concessão onerosa do direito real de uso do imóvel pelo prazo de 10 (dez) anos. Deste modo, não há que se falar desafetação dos imóveis que serão utilizados no Programa – o que estaria vedado pelo supramencionado dispositivo da Constituição Bandeirante –, eis que tais bens públicos (i) continuarão a compor o patrimônio do Município de Araraquara, bem como (ii) continuarão a ter uma “destinação pública especial de interesse direto ou indireto da Administração”¹.

Diante do exposto, o Poder Executivo Municipal entende estar plenamente justificada a presente propositura e aguarda que o Substitutivo que ora submete ao crivo do Legislativo Municipal seja prontamente aprovado.

Ao ensejo, aproveitamos a oportunidade para renovar os meus protestos de estima e de apreço.

EDINHO SILVA
- Prefeito Municipal -

¹¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 31ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017, p. 1225.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	92
PROC.	599/2019
C.M.	

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2019

Institui o Programa Habitacional Organização de Construção da Autogestão (OCA) e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS CONDIÇÕES GERAIS DO PROGRAMA

Art. 1º Fica criado o Programa Habitacional de Interesse Social denominado Organização de Construção de Autogestão (OCA), integrado ao Programa de Moradia Econômica.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I – fazer cumprir a função social da terra sobre as terras do Município, ocupando com habitações de interesse social as glebas e os lotes vagos;

II – atender à demanda de maior vulnerabilidade habitacional no Município, especialmente nos bairros definidos no Programa Território em Rede;

III – oportunizar, no processo de participação do mutirão, o desenvolvimento social, econômico e territorial da comunidade, da família e do indivíduo, minimizando o impacto do déficit habitacional para as famílias de maior vulnerabilidade;

IV – diminuir o déficit da demanda que está excluída da produção habitacional nos âmbitos dos programas estadual e federal; e

V – auxiliar as famílias beneficiárias, fornecendo apoio técnico para a autoconstrução individual ou coletiva.



FLS.	93
PROC.	549/20
C.M.	02

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Art. 3º Para os fins desta lei complementar, adotam-se as seguintes definições:

I – autogestão: é a participação dos beneficiários na viabilização do empreendimento em todas as suas etapas, seja no desenvolvimento do projeto, na produção direta ou na gestão da produção e dos recursos financeiros, na gestão da participação da demanda, na gestão social e na manutenção e gestão dos empreendimentos habitacionais;

II – embrião: unidade habitacional com condições básicas de habitabilidade contendo ao menos sala/quarto, banheiro, cozinha;

III – risco social: situação na qual as famílias e indivíduos detêm maior ou menor capacidade de agir perante as condições desfavoráveis nos processos de vulnerabilidade social, com maior ou menor risco de violação de direitos;

IV – unidade habitacional completa: é aquela que possui sala, quartos, banheiro, cozinha e área de serviço individualizados; e

V – vulnerabilidade social: situação social desfavorável, que configura-se por processos e situações sociais que geram fragilidades, discriminações, desvantagens e exclusões da vida econômica social e cultural. As vulnerabilidades são objeto de políticas sociais programáticas que visam à prevenção, proteção básica, promoção e inserção social. Vulnerabilidade social na ótica da habitação são as situações desfavoráveis para as famílias e indivíduos que não possuem condições físicas, emocionais e materiais para, por conta própria, arcar com condições mínimas de uma moradia digna.

Art. 4º O Município fica autorizado, nos termos do art. 17, I, "f", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a proceder à Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) dos lotes e glebas descritos no Anexo Único desta lei às famílias beneficiárias inscritas no Cadastro Habitacional, selecionadas de acordo com critérios e regras estabelecidos por esta lei.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

CAPÍTULO II

DOS LOTES

FLS.	94
PROC.	199/2019
C.M.	Pod

Art. 5º Os lotes e as glebas constantes no Anexo Único desta lei deverão ser parcelados, aprovados e registrados, sendo disponibilizados ao Programa apenas a partir da abertura das respectivas matrículas.

§ 1º Antes de abertas as matrículas, não há óbice para o início do trabalho de organização das famílias cadastradas, classificadas de acordo com critérios estabelecidos nesta lei, que serão convidadas à explanação do Programa e assinatura do termo de adesão.

§ 2º A partir da disponibilização das matrículas, os beneficiários serão convocados de acordo com sua classificação socioeconômica formulada em conformidade com o **art. 9º** desta lei, oportunidade em que deverão assinar Contrato de Concessão Provisória do Direito Real de Uso.

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES DE ACESSO E DO FLUXO DO PROGRAMA

Art. 6º São condições para acesso ao Programa:

I – possuir Cadastro Habitacional Ativo na Coordenadoria Executiva de Habitação atendendo as condições requeridas nas Instruções Normativas da Habitação;

II – possuir Cadastro Único atualizado nos últimos 2 (dois) anos;

III – ter renda per capita de até ½ (meio) salário mínimo;

IV – assinar termo de adesão ao Programa com ciência das obrigações e deveres; e

V – estar em situação de extrema vulnerabilidade.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	95
PROC.	599/2019
C.M.	CaD

Art. 7º Compõe o fluxo do Programa até a assinatura de contrato da concessão provisória:

I – realização de assembleias regionais pelo Poder Público, para lançamento e esclarecimentos sobre o Programa, oportunidade em que as famílias receberão o termo de adesão, o qual deverá ser entregue assinado à Coordenadoria Executiva de Habitação em até 15 (quinze) dias após a apresentação do Programa, quando se procederá à atualização de cadastro, se for o caso;

II – convocação da demanda com classificação até o nº 500 (quinhentos), para escolha dos empreendimentos e lotes, obedecida a ordem de classificação socioeconômica formulada em conformidade com o art. 9º desta lei, devendo ser garantida a inserção mínima de:

a) 3% (três por cento) para idosos, nos termos da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

b) 3% (três por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

c) 20% (vinte por cento) para mulheres chefes de família; e

III – assinatura do Contrato de Concessão Provisória do Direito Real de Uso e início das obras, a depender da disponibilidade de lotes formalmente aprovados e registrados, o que não gera imposição ao trabalho social de pré-ocupação.

§ 1º Para as assembleias para a apresentação do Programa, descritas no inciso I do “caput” deste artigo, serão convocadas exclusivamente as famílias cadastradas na Coordenadoria Executiva de Habitação que atendam os critérios dispostos no art. 6º desta lei.

§ 2º A cada lançamento de projetos que totalizem 500 (quinhentas) unidades habitacionais, será efetuada nova classificação socioeconômica, na forma do art. 9º desta lei, e posterior convocação para escolha dos empreendimentos e lotes.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	96
PROC.	349/209
C.M.	209

Art. 8º Fica criada a Comissão de Avaliação de Risco Social, para responder pelos assuntos referentes ao Programa e às suas demandas, composta por:

I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

II – 1 (um) representante da Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico;

III – 1 (um) representante da Coordenadoria Executiva de Habitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

IV – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular;

V – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social; e

VI – 1 (um) representante da Diretoria de Gestão Ambiental do Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara.

Art. 9º A seleção da demanda será definida buscando priorizar o atendimento das famílias com maior grau de vulnerabilidade, respeitando-se os seguintes critérios socioeconômicos para a classificação:

I – renda familiar menor que 1 (um) salário mínimo: 5 (cinco) pontos;

II – inserção nos Programas de Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-Loas), Jovem Cidadão, Bolsa Família, Renda Cidadã, Programa de Incentivo à Inclusão Social e Transferência de Renda: 3 (três) pontos para cada Programa;

III – inserção no Programa de Locação Social: 5 (cinco) pontos;

IV – existência de pessoa com mais de 60 (sessenta) anos no núcleo familiar: 1 (um) ponto;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	97
PROC.	399/2019
C.M.	00

- V – existência de pessoa com deficiência no núcleo familiar: 1 (um) ponto;
- VI – existência de pessoa com doença grave no núcleo familiar: 1 (um) ponto;
- VII – maior número de dependentes: 1 (um) ponto por dependente matriculado em instituição de ensino, e 1 (um) um ponto por dependente menor de 6 (seis) anos ;
- VIII – moradia atual em condições de risco ambiental, físico ou geotécnico: 3 (três) pontos;
- IX – moradia atual em condições precárias de habitabilidade: 2 (dois) pontos;
- X – não possuir rede protetiva familiar: 2 (dois) pontos;
- XI – ser usuário da rede protetiva: 1 (um) ponto;
- XII – arrimo de família com mais de 40 (quarenta) anos: 2 (dois) pontos;
- XIII – ter se inscrito no Cadastro Habitacional em 2010: 1 (um) ponto; e
- XIV – mulher vítima de violência doméstica: 3 (três) pontos.

§ 1º A classificação será feita a partir dos cadastros que atendam os critérios de acesso ao programa descritos no art. 9º desta lei e publicada observando-se critérios de transparência.

§ 2º Os critérios previstos nos incisos VI e VIII do “caput” deste artigo deverão ser comprovados mediante atestado médico e atestado pela Defesa Civil, respectivamente.

CAPÍTULO IV

DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO PROVISÓRIA DO DIREITO REAL DE USO

Art. 10. O Contrato de Concessão Provisória do Direito Real de Uso sobre o lote terá vigência de 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez por até 1 (um) ano, durante os quais os



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	98
PROC.	399/2019
C.M.	Col

beneficiários deverão realizar a construção, bem como cumprir com todas obrigações e deveres constantes do termo de adesão ao Programa; findo tal prazo de 2 (dois) anos sem que seja constatada qualquer irregularidade, serão os beneficiários inscritos definitivamente no Programa.

§ 1º As famílias convocadas para assinatura do Concessão Provisória do Direito Real de Uso deverão possuir certidão negativa de imóveis em nome do titular e do cônjuge, documento este que será custeado pelo Programa.

§ 2º As famílias beneficiárias do Programa estão sujeitas a visitas de agente público municipal para conferência dos dados declarados nos cadastros, estando sujeitas a exclusão do programa quando da omissão ou prestação de falsas informações, bem como quando constatadas quaisquer irregularidades.

§ 3º A partir da assinatura do Contrato de Concessão Provisória do Direito Real de Uso:

I – ficam autorizados os beneficiários a plantar em seu lote, a fim de constituir renda complementar que contribua com a segurança alimentar e construção da Unidade Habitacional (UH); e

II – os beneficiários serão inseridos no cadastro de inativos da Coordenadoria Executiva de Habitação.

CAPÍTULO V

DAS CONSTRUÇÕES E DOS PRAZOS

Art. 11. Assinado o Contrato de Concessão Provisória do Direito Real de Uso e definido o projeto da Unidade Habitacional por meio do Programa de Moradia Econômica, será emitida a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, bem como o Alvará de construção.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	99
PROC.	509/2019
C.M.	PO

§ 1º Definido o projeto arquitetônico, o beneficiário se obriga à construção do projeto aprovado registrado na ART ou RRT e no Alvará.

§ 2º Findo o prazo de 6 (seis) meses para o início da obra, o beneficiário poderá solicitar prorrogação de 6 (seis) meses, diante de fundamentada justificativa socioeconômica em formulário próprio, ou assinar desistência da concessão, quando o lote concedido deverá ser oferecido à próxima família classificada no sorteio.

Art. 12. Iniciada a obra nos prazos estabelecidos nesta lei, o beneficiário terá 1 (um) ano para o término do embrião.

§ 1º Com o término do embrião, o beneficiário deverá solicitar o “habite-se”, assinar o Contrato de Concessão do Direito Real de Uso e ocupar o imóvel.

§ 2º Findo o prazo para o término do embrião sem a conclusão da obra, o beneficiário poderá solicitar a prorrogação do prazo de conclusão por até 1 (um) ano, diante de fundamentada justificativa socioeconômica a ser analisada pela Coordenadoria Executiva de Habitação.

§ 3º Deferida a solicitação constante do § 2º deste artigo, deverá ser prorrogado o Contrato de Concessão Provisória do Direito Real de Uso pelo mesmo prazo.

Art. 13. Para a continuidade da obra para o projeto completo, deverá ser solicitado à Coordenadoria Executiva de Habitação projeto de ampliação e o alvará correspondente, cujo início deverá ser comunicado em formulário próprio.

CAPÍTULO VI

DA CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO

Art. 14. Com a emissão do “habite-se”, os beneficiários serão convocados para a assinatura do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso, o qual conferirá à família beneficiária exclusivamente os atributos de uso e ocupação do imóvel.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	50
PROC.	5929
C.M.	02

Art. 15. A concessão de direito real de uso de que trata esta lei será outorgada a título oneroso pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da assinatura do contrato previsto no art. 14 desta lei.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo previsto no “caput” deste artigo, o beneficiário poderá optar:

I – pela concessão não onerosa do direito real de uso do imóvel, por prazo indeterminado;

II – pela transmissão da concessão do direito real de uso do imóvel a terceiros, mediante prévia notificação ao Município.

Art. 16. A onerosidade prevista no “caput” do art. 15 desta lei compreenderá o pagamento de 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, cujos valores serão definidos de acordo com a renda familiar atualizada, quando da data de assinatura do contrato.

§ 1º Serão analisadas, para definição dos valores das parcelas, a renda familiar e a renda per capita de cada família beneficiária, resultando o valor das parcelas da seguinte forma:

I – para renda per capita menor ou igual a $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo, as parcelas serão de 1 (uma) Unidade Fiscal Municipal (UFM); e

II – para renda per capita maior que $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo, as parcelas serão de 2 (duas) UFMs:

Renda per capita	UFM
< R\$477(1/2 SM)	1
> R\$477(1/2 SM)	2



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	51
PROC.	399/209
C.M.	CO

§ 2º Em qualquer caso, o valor da parcela não poderá ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) da renda familiar; neste caso, será o valor da parcela reduzido até atingir respectivo.

§ 3º O valor da parcela será reajustado anualmente com base na UFM, durante o prazo estipulado no art. 15 desta lei, bem como em conformidade com a renda per capita atualizada.

§ 4º O atraso no pagamento de mais de 5 (cinco) parcelas mensais consecutivas ensejará a revogação no da concessão do direito real de uso.

§ 5º O atraso do pagamento será admitido se motivado por doença grave ou por desemprego involuntário que, comprovadamente, impossibilite o pagamento, sem prejuízo do número de parcelas.

§ 6º Para a caracterização da exceção prevista no § 5º deste artigo, o beneficiário deverá requerer à Coordenadoria Executiva de Habitação a suspensão temporária do pagamento, a ser deferida por até 3 (três) meses; ao persistirem os motivos da inadimplência, o requerimento poderá ser renovado.

Art. 17. O beneficiário, sob a coordenação da Coordenadoria Executiva de Habitação, deverá contribuir, quando for o caso, na execução de infraestrutura nos empreendimentos.

CAPÍTULO VII DO ISSQN

Art. 18. Considerando que o Programa conta com um processo de autoconstrução ou mutirão para a produção de unidade habitacional, com área construída de até 69 m² (sessenta e nove metros quadrados), ficará o beneficiário isento do pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre serviços da respectiva construção civil.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	52
PROC.	199/2019
C.M.	COZ

CAPÍTULO VIII
DOS DEVERES DO BENEFICIÁRIO

Art. 20. São deveres do beneficiário:

I – aprovar, assinar e cumprir os contratos de concessão do direito real de uso previstos nesta lei;

II – escolher o projeto habitacional dentre os ofertados pela Coordenadoria Executiva de Habitação, acatando orientações da assessoria técnica, principalmente quando se tratar de projetos de Conjuntos Residenciais de Interesse Social;

III – cumprir as normas estabelecidas por esta lei e pelo Programa Municipal de Moradia Econômica;

IV – utilizar o imóvel para fins habitacionais do beneficiário e sua família, não podendo abandonar, ceder, alugar ou vender;

VI – zelar pelo terreno, pela construção e pela infraestrutura urbana pública instalada; e

VII – zelar pelos relacionamentos com a vizinhança e com o poder público.

CAPÍTULO IX
DAS CONDIÇÕES PARA A EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Art. 21. Constituem motivos para a extinção da concessão:

I – má conservação ou abandono do bem imóvel;

II – não utilização do lote para fins de uso e ocupação da família cadastrada;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	53
PROC.	199/2019
C.M.	PO

III – não ocupação do imóvel nos prazos estabelecidos nesta lei sem a devida e motivada comunicação, nos termos desta lei;

IV – deixar de responder pelos pagamentos e tributos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel sem a devida comunicação, nos termos desta lei;

V – sem a prévia anuência da Coordenadoria Executiva de Habitação:

a) ceder, alugar, vender ou transferir o uso ou gozo do imóvel;

b) dar o imóvel em garantia em meio a qualquer transação, bem como fazer incidir sobre o imóvel quaisquer ônus, reais ou não; e

c) transferir, após o prazo previsto no “caput” do art. 15 desta lei, a concessão a qualquer título, exceto por sucessão hereditária ou meação.

§ 1º Caso o beneficiário, antes do adimplemento total das parcelas, necessite se ausentar do Município para trabalho ou tratamento de saúde, formalmente comprovado, fica sua concessão sob guarda do Município, que a destinará ao Programa de Locação Social, garantindo ao beneficiário o valor referente do aluguel, descontada a prestação devida mensalmente.

§ 2º O disposto no inciso V do “caput” deste artigo verifica-se se as medidas sob ele previstas ocorrerem de forma onerosa ou gratuita.

Art. 22. Caso o beneficiário descumpra as obrigações assumidas, em qualquer fase, o imóvel com todas as benfeitorias nele existentes será apossado pelo Município de Araraquara, independente de notificação ou interpelação judicial, dando causa à imediata retomada do imóvel, sem direito a indenização ou retenção, determinando-se a imediata extinção da concessão e conseqüente desocupação do imóvel.

Art. 23. Na hipótese de ter ocorrido extinção da concessão, a unidade habitacional passará ao patrimônio do Fundo Municipal de Habitação, e será destinada ao Programa de Locação Social.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	59
PROC.	199/2019
C.M.	

CAPÍTULO X
DAS ATRIBUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 24. Cabe à Prefeitura do Município:

- I – conceder o Direito Real de Uso dos lotes aos beneficiários;
- II – integrar as ações dos órgãos e entidades da Administração Municipal Direta e Indireta cujas atribuições sejam pertinentes ao Programa instituído por esta lei;
- III – nomear a Comissão de Gestão e Análise da Demanda;
- IV – implementar as diretrizes do programa Araraquara 2050 na busca do desenvolvimento social, econômico e territorial;
- V – buscar permanentemente a aquisição de terras para implementação e continuidade do Programa;
- VI – apoiar a revisão dos instrumentos legais de parcelamento e edificação de interesse social quando for o caso; e
- VII – buscar parcerias para implementação do Programa, a fim de oportunizar o processo de participação da autogestão, o desenvolvimento social do indivíduo, sua família e sua comunidade.

Art. 25. São atribuições da Coordenadoria Executiva de Habitação:

- I – por meio da Gerência de Programas e Projetos Habitacionais:
 - a) instituição de instrumental de identificação e monitoramento para controle de obras e da demanda;
 - b) instituição de instrumental para a Política de Gestão de Terras destinadas a compor banco de terras para o Programa;



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	55
PROC.	399/2019
C.M.	COB

c) elaboração e/ou coordenação dos projetos urbanísticos, de parcelamento e registro junto aos Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca de Araraquara;

d) elaboração e fornecimento de projetos das unidades habitacionais, modo embrião e completo, assim como de planilhas quantitativas de insumos;

e) elaboração de termo de término de obra e emissão de “habite-se”;

f) apoio à autoconstrução individual ou coletiva, na fiscalização e monitoramento das construções;

g) notificação dos beneficiários quando identificada qualquer irregularidade;

h) emprego, nos projetos urbanístico e habitacional, de tecnologias favoráveis à sustentabilidade dos empreendimentos;

II – por meio da Gerência do Cadastro e Gestão Sócio-Econômica:

a) orientar a demanda quanto às condições do Programa;

b) coordenar ação social de pré-ocupação;

c) analisar e aprovar os documentos que compõem os contratos de concessão de direito real de uso;

d) aprovar prorrogação de prazos aos beneficiários nas diversas etapas do Programa;

e) compor a Comissão Municipal de Indicação, Análise e Gestão da Demanda;

f) projetar e coordenar ação de pós-ocupação;

III – por meio da Gerência de Administração de Contratos e Monitoramento:

a) elaborar termo de contrato de concessão de direito real de uso individualizado para os beneficiários;

b) emitir os boletos para pagamento do financiamento concedido;



FLS.	36
PROC.	59/2019
C.M.	CO

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

c) implementar mecanismos de monitoramento e de transparência na gestão do Programa;

d) acompanhar os procedimentos de restituição de valores ao Fundo Municipal de Habitação;

e) fazer a gestão compartilhada do Programa com o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

f) manter os contratos individuais assinados atualizados.

Art. 26. Para a consecução do Programa, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano poderá firmar convênio com Universidades, Associações ou Conselhos de Profissionais, visando à elaboração de projetos e assessoria aos beneficiários à construção das unidades habitacionais, sob a supervisão e gestão da Coordenadoria Executiva de Habitação.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. A Lei nº 8.867, de 6 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 28

I -

3.3 Gerência de Administração de Contratos e Monitoramento.”(NR)

Art. 28. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	57
PROC.	549/2019
C.M.	CO

Art. 29. Todos os imóveis e recursos advindos do programa serão destinados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social em conta específica do programa.

Art. 30. Esta lei complementar entra em vigor após a sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "PREFEITO RUBENS CRUZ", aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho do ano de 2019 (dois mil e dezenove).

EDINHO SIVA
- Prefeito Municipal -



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

ANEXO ÚNICO

IMÓVEIS PARA CONCESSÃO

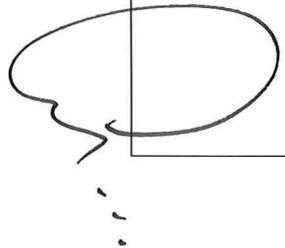
Endereço	Matrícula	Inscrição Municipal	Descrição do Imóvel
Av. Moacir Fidenis	109.570	20.192.002	Um terreno designado área "B", localizado no Jardim Residencial Lupo, em Araraquara, com a superfície de 4.611,58 metros quadrados, medindo 50,00 metros de frente para a Rua Luiz Paulillo; 78,40 metros do lado direito, de quem olha para o imóvel de frente mede 14,13 metros em curva de concordância nestes dois segmentos com Área "C" (M.109.571); e na linha a Área "A" (M.109.569).
R. Galileu Galilei	112.386	25.149.001.00	Área 1A-1 do desmembramento da área 1A do Sítio Pinherinho, em Araraquara, contendo 20.863,1055 metros quadrados, que assim se descreve e caracteriza: "inicia-se no vértice 12A, distante 14,02 metros do vértice 12 da gleba total. Do vértice 12A segue ao vértice 13 com o rumo 62º 506' 18" NW a distância de 131,33 metros; daí segue do vértice 13 ao vértice 14 com o rumo de 63º16' 13" na distância de 8,90 metros; daí segue do vértice 14 ao vértice 15 com o rumo de 41º12' 34" SW na distância de 98,88 metros; daí segue do vértice 15 ao vértice 15ª com o rumo de 53º17'23" SW na distância de 47,26 metros; daí segue do vértice 15ª ao vértice 15B com o rumo de 30º29'52" SE na distância de 45,87 metros; daí segue do vértice 15B ao vértice 12B com o rumo de 59º30'08" NE e distância de 220,00 metros; daí segue do vértice 12B ao vértice 12A com o rumo de 30º29'52" NW na distância de 15,00 metros" CONFRONTAÇÕES: do vértice 12A ao vértice 13 com o lotes 1A da quadra 36 loteamento denominado Parque Residencial São Paulo, com testada para a avenida José Nassutti e com os lotes 7A, 7B, 8A, 8B, 9A, 9B, 10A, 10B, 11A, 11B, 12A, 12B quadra 36 do loteamento denominado Parque Residencial São Paulo, com testada para a Rua Galileu Galilei do vértice 14 com a Avenida José Nassutti. Do vértice 15 com os lotes

Folha _____
Proc. _____
Resp. _____



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

			1A, 1B, 2A, 2B, da quadra 35, com testada para a Avenida José Nassutti a parte da área de lazer 04 do loteamento denominado Parque Residencial São Paulo. Do vértice 15A, em parte com a área lazer 04 e em parte com o lote 11B da quadra 18 do loteamento denominado Parque Residencial São Paulo com testada para a Avenida André Bocucci. Do vértice 15A ao vértice 15B, com a ÁREA 1A-2 (área verde – M.112.387). Do vértice 15B ao 12B com a propriedade de JOHEL DE SOUZA. Do vértice 12B ao vértice 12A, com a área 1B-2 de propriedade de JOHEL DE SOUZA. CADASTRO MUNICIPAL (área maior) 25.127.001.
R. Professor Manoel Cerqueira Leite	119.776	22.249.005	Área com 579,76 m ² do loteamento JARDIM BOA VISTA, em Araraquara, que assim se descreve: Inicia-se em um ponto localizado de frente para o prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite na divisa com a Área Institucional 02 do Jardim dos Oitis; daí segue pelo alinhamento do prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite por sessenta e dois metros e sessenta e oito centímetros (62,68m ²) até atingir a linha curva com desenvolvimento de doze metros e sessenta e nove centímetros (12,69m ²) e raio de nove metros (9,00m), na confluência do prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite com o prolongamento da Rua "A" (Jardim dos Oitis); daí vira à esquerda e segue pela linha de divisa do loteamento por setenta metros e vinte e três centímetros (70,23m ²) e vira a esquerda novamente por nove metros e trinta e quatro centímetros (9,34m ²) confrontando com a Área Institucional 02 do Jardim dos Oitis até atingir o alinhamento do prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite, ponto onde inicia e finda essa descrição.
Av. Hebert Souza	86.167	22.249.001.00	Área Institucional IV do loteamento denominado JARDIM SÃO RAFAEL II, em Araraquara, com a área de 968,44 ms ² medindo 40,20 metros de frente para a Avenida "E", 23,56 metros de frente para Área Verde III; 49,70 metros de frente para a propriedade de A.B Empreendimentos S/C Ltda. (Matricula 47.649), 7,51 metros de frente para o prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite; 14,14 metros em curva de concordância cujo o raio é 9,00 metros no cruzamento do prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite com a Avenida "E".

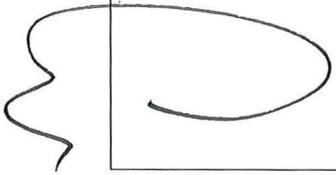


Folha	102
Proc.	102
Resp.	102



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

R. Maurício Galli	113.699	22.248.002	Quadra 03 com 2.357,10 m ² do loteamento JARDIM DOS OITIS, em Araraquara, de forma irregular e que assim se descreve: Inicia-se em um ponto localizado de frente para o prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite na divisa com a propriedade de Achilles Vezzone; daí segue pelo alinhamento do prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite por vinte metros e oitenta centímetros (20,80m ²); daí vira à esquerda e segue por cento e quinze metros e noventa e três centímetros (115,93m ²), confrontando com a Área Institucional III do Jardim São Rafael II (propriedade de Cesarino Furlan); daí vira à esquerda e segue por vinte metros e vinte e um centímetros (20,21m ²), confrontando com o prolongamento da Rua Maurício Galli; daí vira à esquerda e segue por cento e quinze metros e noventa e nove centímetros (115,99m ²) confrontando com a propriedade de Achilles Vezzone até atingir o alinhamento do prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite, ponto inicia e finda essa descrição.
Av. Carmo Batista	119.775	22.248.003	Área com 3.525,71 m ² do loteamento JARDIM BOA VISTA, em Araraquara, que assim se descreve: "inicia-se em um ponto localizado de frente para o prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite na divisa com a Área Institucional 01 do Jardim dos Oitis; daí segue pelo alinhamento do prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite por treze metros e vinte e nove (13,29) centímetros até atingir a linha curva com desenvolvimento de treze metros e noventa e cinco (13,95) centímetros e raio de nove (9,00) metros, na confluência do prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite com a Rua "A"; daí segue pelo alinhamento da Rua "A" por noventa e seis metros e quarenta e nove (96,49) centímetros até atingir a linha curva com desenvolvimento de quatorze metros e dezenove (14,19) centímetros e raio de nove (9,00) metros, na confluência da Rua "A" com prolongamento da Rua Maurício Galli (pista 2); daí segue pelo alinhamento do prolongamento da Rua Maurício Galli (pista 2) por trinta metros e noventa e nove (30,99) centímetros; daí vira a direita e segue pela linha de divisa do empreendimento por cento e quinze metros e noventa e sete (115,97) centímetros confrontando com a Área Institucional 01 do Jardim dos Oitis até atingir o alinhamento do



Folha	109/2019
Proc.	109/2019
Resp.	109/2019



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

			prolongamento da Rua Professor Manoel Cerqueira Leite, ponto onde inicia e finda essa descrição”.
Av. Rubens A. Silva	113.700	22.249.003.00	Quadra 04 com 3.699,36 m ² do loteamento JARDIM DOS OITIS, em Araraquara, de forma irregular e que assim se descreve: “Inicia-se em um ponto localizado de frente para a Rua “A” na divisa com a Área Verde 03; daí segue pelo alinhamento da Rua “A” por trinta e nove metros e quinze (39,15) centímetros em linha reta e por dois metros e sessenta e cinco (2,65) centímetros em linha curva com raio de nove (9,00) metros; daí vira a direita e segue pela linha divisória do empreendimento por setenta metros e vinte e três (70,23) centímetros e por nove metros e trinta e quatro (9,34) confrontando com a propriedade de Archilles Vezzone; daí vira a direita e segue pelo alinhamento prolongamento da rua Professor Manoel Cerqueira Leite por vinte metros e oitenta e oito (20,88) centímetros; daí vira a direita e segue por quarenta e oito metros e dois (48,02) centímetros confrontando com a Área Institucional IV do Jardim São Rafael II (propriedade de Cesarino Furlan); daí vira a direita e segue por oitenta e quatro metros e oitenta e oito (84,88) centímetros, confrontando com a Área Verde 03 desta quadra deste empreendimento até atingir o alinhamento da Rua “A”, ponto onde inicia e finda essa descrição”.
R. Maria Aparecida J. Túlio	128.013	22.366.001.00	Área com 5.000,20m ² do loteamento JARDIM DA BOA VISTA II, em Araraquara, que assim se descreve: “Possuindo 121,51 metros de frente para a Rua 05, 74,31 metros nos fundos confrontando com a Área Verde 02; 18,28 metros em curva de concordância cujo raio é de 9,00 metros no cruzamento da Rua 5 com a Avenida Marginal 01 (parte 1); 38,96 metros do lado direito confrontando com a Avenida Marginal 01 (parte 1); 22,49 metros em curva de concordância cujo raio é de 9,00 metros no cruzamento da Rua 5 com a Rua 6, mais 45,05 metros do lado esquerdo confrontando com a Rua 6”.
R. Maria Aparecida J. Túlio	128.011	22.364.001.00	Área com 5.040,25m ² do loteamento JARDIM DA BOA VISTA II, em Araraquara, que assim se descreve: “Possuindo 99,89 metros de frente para a Rua 03; 88,38 metros nos fundos confrontando com a Área Verde 01; 20,32 metros em curva de concordância cujo raio é de 9,00 metros no cruzamento da Rua 3 com a Avenida A, mais 38,23 metros do lado

Folha	105
Proc.	14916019
Resp.	09/09



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

			direito de frente para a avenida A; do outro lado 14,13 metros em curva de concordância cujo raio é de 9,00 metros no cruzamento da Rua 3 com a Avenida Marginal 01 (parte 2); daí segue 25,25 metros do lado esquerdo de frente para a Avenida Marginal 01 (parte 2), mais 11,13 metros em curva de concordância cujo raio é de 9,00 metros no cruzamento da Avenida Marginal 01 (parte 2) com a Alça de Acesso, mais 4,36 metros em curva”.
Av. Miguel Bucalen	94.716	27.105.001.00	Área Institucional 1 do loteamento denominado JARDIM VICTORIO ANTONIO DE SANTI II, nesta cidade, com a área de 10.890,14 ms ² que assim descreve: com frente para o prolongamento da avenida Miguel Bucalen, mede de frente sobre este alinhamento 222,00 m; do lado direito mede 14,14 m em curva com o alinhamento da rua Pedro José Laroca e 0,20 metros em linha reta com frente para a rua Pedro José Laroca; do lado esquerdo mede 14,14 m de curva de concordância com o alinhamento do prolongamento da rua José Pedro Oliveira; 72,46m em linha reta confrontando com o alinhamento do prolongamento da rua José Pedro Oliveira e na linha de fundo mede 250,53 m e confronta com área de propriedade da Usina Maringa S.A Industria e Comércio.
Rua Arnaldo Oliveira	33.951	20.119.012.00	O lote 12, quadra “A” do loteamento “JARDIM NOVA ARARAQUARA” nesta cidade, com área de 367,78 ms.2 medindo 14,72 metros de frente para a Avenida UM; 14,00 metros na linha de fundos, onde divide com parte do lote 14; 23,98 metros da frente aos fundos, de um lado, onde divide com o lote 01 e 28,56 metros de frente aos fundos, do outro lado, onde divide com o lote 13.
Avenida Maria Luiza Baschix	75.117	06.226.027.00	Um terreno designado área “E-3” de forma triangular situado na Vila Biagioni, nesta cidade, com frente para a Avenida Maria Luiza Baschix, contendo 29,76 metros quadrados medindo 13,36 metros de frente: 4,50 metros da frente aos fundos, pelo lado esquerdo visto da avenida, onde divide com a área E-2 e 14,30 metros na linha de fundos onde divide com parte do lote 369 (Heraldo Aparecido Salmeron Lopes).
Rua Maria Brambilla Passos	59.060	06.428.019.00	O lote 19 da quadra 10 do loteamento JARDIM SANTA CLARA, nesta cidade, com a área de 250,87 ms ² e as medidas e confrontações seguintes: terreno irregular, 17,50 metros de frente para a Avenida Marginal 2; 29,02 metros pelo lado direito confrontado’ em parte

Folha	60
Proc.	14960
Resp.	Coelho



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

			com o lote 14 da quadra 11 e em parte com rua "D" 25,00 metros pelo lado esquerdo com o lote 20 e 2,57 metros nos fundos confrontados com o lote 18.
Avenida Maria Luiza Baschix	75.116	06.226.026.00	Um terreno designado área "E-2", situado na Vila Biagioni, nesta cidade, com frente para a Avenida Maria Luiza Baschix, contendo 255,80 metros quadrados, medindo 26,00 metros de frente; 27,38 metros na linha dos fundos, onde divide com a parte do lote 364 (Nascimento Pereira Vieira); 12,90 metros da frente aos fundos, pelo lado esquerdo visto de Avenida, onde divide com a área E-1 e 4,50 metros de frente aos fundos, pelo lado direito, onde divide com a área E-3.
Rua Luigi Magri	59.080	06.429.014.00	O lote 14 da quadra 11 do loteamento JARDIM SANTA CLARA, nesta cidade, com a área de 587,86 ms ² e as medidas de confrontações seguintes: medindo em formato irregular 15,01 metros de frente para o balão de retorno da Rua D; 23,52 metros aos fundos confrontando com área de Nehemv Empreendimentos Participações S C Ltda e outros; 18,25 metros a esquerda confrontando o lote 13; 32,30 metros a direita confrontando com o lote 19 da quadra 10.
Rua José Alves de Souza Goes	75.115	06.226.025.00	Um terreno designado área "E-1", situado na Vila Biagioni, nesta cidade na rua José Alves da Silva Goes, esquina da avenida Maria Luiza Baschix, contendo 383,85 metros quadrados e que mede 15,15 metros de frente para a rua José Alves da Silva Goes; 8,00 metros no desenvolvimento da curva de concordância da rua e avenida citada; 18,79 metros da frente aos fundos, do lado direito visto da rua, onde confronta com a avenida Maria Luiza Baschix e 24,42 metros da frente dos fundos, do lado, onde confronta com parte do lote 364(Nascimento Pereira Vieira) e 12,90 metros nos fundos, onde divide com a área E-2.
Avenida dos Calabreses	83.654	06.201.052.00	Um terreno encravado, destacando do prédio número 60 da avenida dos Calabreses, localizado na Vila Xavier, nesta cidade, com a área de 3.715,84 metros quadrados, compreendido dentro do seguinte perímetro: partindo do ponto localizado ao lote 69 e a área B a linha divisória segue confrontando com o último na extensão de 20,00 metros onde deflete à esquerda e continua confrontando com a mesma na extensão de 6,00 metros. Daí deflete à direita e segue confrontando com a área A na extensão de 18,55 metros.

Folha	63
Proc.	2007609
Resp.	[Assinatura]



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

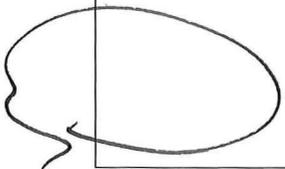
			metros. Daí deflete à direita e continua confrontando com a área A na extensão de 99,50 metros até encontrar a propriedade da construtora Nelson Barbieri. Daí deflete à direita e segue confrontando com está última na extensão de 38,55 metros até encontrar o lote 61. Deste ponto deflete à direita e segue confrontando com os lotes 61 a 69, na extensão 93,50 metros até encontrar o ponto inicial.
Av. Madre Assunta Peroni	118.258	06.446.001.00	Terreno designado área "A1" do desmembramento da área "A" localizada na Avenida Madre Assunta Perone, em Araraquara com a superfície de 4.318,79 metros quadrados, medindo 48,40 metros de linha reta e 8,39 metros de curva de frente para a Avenida Madre Assunta Perone; 66,668 metros do lado direito de quem olha para o imóvel de frente confrontando com a área B (M.115.173) e área "A5" (M.118.262); 13,75 metros de curva de concordância (raio igual a 9,00 metros) confrontando com a Avenida Madre Assunta Perone e área "F" (M.115.177), mantendo confrontação com a área "F" (M.115.177) segue 56,73 metros e finalmente na linha dos fundos mede 65,403 metros, onde confronta com a área C(M115.174) e área "A2" (M.118.259) CADASTRO MUNICIPAL: 06.446.001
Avenida Mario Speretta	76.751	23.098.005.00	Lote 05, quadra 15 do loteamento do loteamento denominado JARDIM ADALBERTO FREDERICO DE OLIVEIRA ROXO II, nesta cidade, com a área de 180,00 ms ² , medindo 9,00 metros de frente para a rua 11; 9,00 metros na linha dos fundos, onde confronta com o lote 38, por 20,00 metros de frente aos fundos de ambos os lados, confrontado de um lado com o lote 04 e de outro lado com o lote 06.
Rua Ermelinda Pacini Sgobbi	116.517	23.111.012.00	Lote 09 do desmembramento da Área "A", constituída por parte da quadra 31 do loteamento JARDIM ADALBERTO FREDERICO DE OLIVEIRA ROXO II, em Araraquara, localizado na Rua Ermelinda Pacini Sgobbi, entre as Avenidas Pablo Picasso e Geraldo Fernandes Beata, na quadra completa pela Rua Dr. Antonio Paulo Iannotti, com a superfície de 180,00 metros quadrados, medindo 8,00 metros de frente para a Rua Ermelinda Pacini Sgobbi; 8,00 metros na linha do fundos, onde confronta com a área remanescente da quadra nº31 (M113.067); 22,50 metros de lado esquerdo, de quem olha

Folha	19
Proc.	1091209
Resp.	



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

			para o imóvel de frente, onde confronta com a área remanescente da quadra nº 31 (M.113.067); e 22,50 metros do lado direito, onde confronta com o lote nº 08 (M.116.516).
Rua Antonio Paulo Iannotti	116.534	23.111.028.00	Lote 26 do desmembramento da Área "B" constituída por parte da quadra 31 do loteamento JARDIM ADALBERTO FREDERICO DE OLIVEIRA ROXO II, em Araraquara, localizado na Rua Dr. Antonio Paulo Iannotti, entre as avenidas Pablo Picasso e Geraldo Fernandes Beata, na quadra completa pela Rua Ermelinda Pacini Sgobbi com a superfície de 180,00 metros quadrados, medindo 8,00 metros de frente para a Rua Dr. Antônio Paulo Iannotti; 8,00 metros na linha dos fundos onde confronta com a área esquerdo de quem olha o imóvel de frente, onde confronta com a área remanescente da quadra nº31 (M.113.067); 22,50 metros do lado esquerdo, de quem olha o imóvel de frente, onde confronta com o lote nº 25 (M.116.533); e 22,50 metros do lado direito onde confronta com a área remanescente da quadra nº31 (M.113.067).
Av. Fortunato Bressan	116.570	21.004.001.00	Área "D1" Constituído de parte do terreno formado pela área B do desmembramento da quadra D do loteamento Jardim Morada do Sol, em Araraquara, contendo 6,886,92 metros quadrados, que assim se descreve: "inicia-se no ponto 0.localizado na intersecção desta área com o alinhamento predial da Avenida Fortunato Bressan e com a área "AD"; daí segue no sentido NW medindo 18,42 metros confrontando com a área "AD" até atingir o ponto 2B, localizando na intersecção com o alinhamento predial da Avenida Rolando Trípoli Volpe; daí deflete à direita e segue no sentido NE medindo 19,65 metros confrontando com o alinhamento predial da avenida Rolando Trípoli Volpe até atingir o ponto 2ª, localizado na intersecção desta área com o alinhamento predial da Avenida Rolando Trípoli Volpe; daí deflete à esquerda no sentido NE e segue por 38,66 metros confrontando com a Avenida Rolando Trípoli Volpe até encontrar o ponto 2, daí deflete à deflete à direita e segue no sentido NE medindo 227,25 metros confrontando com a propriedade da FEPASA até encontrar o ponto 3; daí deflete à direita e segue no sentido SE por 13,50 metros confrontando com a Avenida Marginal até encontrar o ponto 4; daí deflete à direita e segue no sentidos SW por 4,02 metros confrontando com a propriedade



Folha _____
Proc. 100/2019
Resp. _____



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

				do Município de Araraquara até encontrar o ponto 1A, localizado na intersecção desta área com a propriedade do Município de Araraquara e com a Área D2 (M.108.206); daí deflete à direita e segue por 77,72 metros confrontando com a Área D2 (M108.206) até encontrar o Ponto 3ª; daí deflete à esquerda segue por 33,16 metros confrontando com a Área D2 (M.108.206) até encontrar o ponto 0A, localizado na intersecção desta Área com a Área D2 (M.108.206) e com alinhamento predial da Avenida Fortunato Bressan; daí deflete à direita e segue em curva no sentido SW por 195,64 metros confrontando com a Avenida Fortunato Bressan até encontrar novamente o ponto 0, início desta descrição”.
Avenida Santini	Renato	61.495	09.351.021.00	O lote 21 do desmembramento da quadra 39 do loteamento, PARQUE DAS HORTÊNCIAS, nesta cidade, com área de 225,00 ms ² e as medidas e confrontações seguintes: 7,50 metros de frente para a avenida Renato Santini; 7,50 metros de fundo onde confronta com o lote 24: 30,00 metros do lado direito onde confronta com o lote 22.
Avenida Frontarolli	Remo	61.498	09.351.024.00	O lote 24 do desmembramento da quadra 39 do loteamento PARQUE DAS HORTÊNCIAS, nesta cidade, com a área 225,00 ms ² e as medidas e confrontações seguintes: 7,50 metros de frente para a avenida Remo Frontarolli; 7,50 metros do lado direito onde confronta com o lote 23 e 30,00 metros do lado esquerdo onde confronta com o lote 25.
Avenida Frontarolli	Remo	61.503	09.351.029.00	O lote 29 do desmembramento da quadra 39 do loteamento e as medidas e confrontações seguintes: 7,50 metros de frente para a Avenida Remo Frontarolli; 7,50 metros nos fundos onde confronta com o lote 16; e 30,00 metros do lado direito onde confronta com o lote 28 e 30,00 metros do lado esquerdo onde confronta com o lote 30.
Avenida Frontarolli	Remo	61.512	09.351.038.00	O lote 38 do desmembramento da quadra 39 do loteamento PARQUE DAS HORTÊNCIAS, nesta cidade, com a área de 225,00 ms ² e as medidas e confrontações seguintes: 7,50 metros nos fundos para a Avenida Remo Frontarolli; 7,50 metros nos fundos onde confronta com o lote 07; 30,00 metros do lado direito onde confronta com o lote 37 e 30,00 metros do lado esquerdo onde confronta com o lote 39.
Avenida Rios Garconhi	Jurandir	61.709	09.356.025.00	O lote 25 do desmembramento da quadra 44 do loteamento PARQUE DAS HORTÊNCIAS, nesta cidade, com a área de 225,00 ms ² e as medidas e confrontações seguintes: 7,50



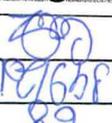
MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

			metros de frente para a Avenida Jurandi Rios Garçoni; 7,50 metros de fundo onde confronta com o lote 20; 30,00 metros do lado direito onde confronta com o lote 24 e 30,00 metros do lado esquerdo onde confronta com o lote 26.	
Avenida Grecco	Pedro	61.089	09.317.002.00	O lote 02 do desmembramento da quadra 05 do loteamento PARQUE DAS HORTÊNCIAS, nesta cidade, com a área de 264,04 ms ² e as medidas e confrontações seguintes: 0,59 metros de frente para a avenida 05; 14,45 metros de curva circular fazendo a concordância dos alinhamentos prediais da Avenida Marginal com a Avenida 5; 8,95 metros de fundo onde faz confrontação com o lote 01; 20,70 metros no lado direito onde confronta com a Avenida Marginal e 30,00 metros do lado esquerdo onde confrontação com o lote 03.
Avenida Arib Nasser		61.686	09.356.002.00	O lote 02 do desmembramento da quadra 44 do loteamento PARQUE DAS HORTÊNCIAS, nesta cidade, com área de 320,12 ms ² e as medidas e confrontações seguintes: 2,25 metros de frente para a avenida Arib Nasser; 14,14 metros de curva circular fazendo a concordância dos alinhamentos prediais da Avenida Arib Nasser com a rua Engenheiro José Carlos Blundi; 11,25 metros nos fundos onde confronta com o lote 01; 21,00 metros de lado direito onde confronta com a rua Engenheiro José Carlos Blundi e 30,00 metros do lado esquerdo onde confronta com o lote 03.
Avenida Camargo Barbosa	Moacyr	81.880	09.356.002.00	Área institucional do loteamento denominado RESIDENCIAL ACAPULCO, em ARARAQUARA, com área de 23.257,02 ms ² , que mede 87,55 metros pelas ruas B; 14,14 metros em curva de concordância de esquina desta com o Prolongamento da Avenida Engenheiro Prudente Fernandes Monteiro; 14,14 metros em curva de concordância de esquina desta com a avenida A; 203,00 metros pelo prolongamento da Avenida Engenheiro Prudente Fernandes Monteiro; 203,00 metros pela Avenida A; 14,14 metros em curva de concordância de esquina desta com o prolongamento da Avenida Moacyr Camargo Barbosa; 14,14 metros em curva de concordância da esquina do Prolongamento da Avenida Engenheiro Prudente Fernandes Monteiro com o Prolongamento da Avenida Moacyr Camargo Barbosa e 87,55 metros pelo Prolongamento da Avenida Moacyr Camargo Barbosa.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

12/11

Folha	68
Proc.	349/2019
Resp.	



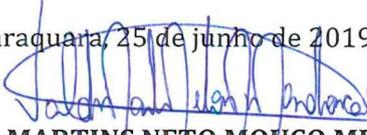
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Folha	29
Proc.	149/2019
Resp.	

DESPACHOS

Processo nº 149/2019

Senhor Presidente,
Analisando a propositura ora recebida, é a presente para transmitir-lhe as seguintes informações, para definição do rito para sua correta tramitação:

Regime de tramitação: ORDINÁRIO	Regime de votação: DOIS TURNOS	Quórum: DOIS TERÇOS VOTAÇÃO NOMINAL
Data de recebimento: 25 JUN 2019	Prazo para apreciação: 25 NOV 2019	
Comissões Permanentes que deverão se manifestar: 1 – Comissão de Justiça, Legislação e Redação; 2 – Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento; 3 – Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Urbano Ambiental; 4 – Comissão de Obras, Segurança, Serviços e Bens Públicos; 5 – Comissão de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social; 6 – Comissão de Transportes, Habitação e Saneamento;		
Araraquara, 25 de junho de 2019.  VALDEMAR MARTINS NETO MOUCO MENDONÇA Diretor Legislativo		

Visto. De acordo.

Encaminhe-se os autos deste processo às comissões permanentes indicadas pela Diretoria Legislativa, na ordem em que indicadas.

Araraquara, _____

TENENTE SANTANA
Presidente